

**ALTERAÇÃO AO CONTRATO CONSTITUTIVO
DO FUNDO DE PENSÕES DO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**

ENTRE: **INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**, IP, com sede em Lisboa, na Avenida António José de Almeida, 1000-043 Lisboa, Pessoa Coletiva nº 502.237.490, instituto público integrado na administração indireta do Estado;

E: **CGD PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.**, com sede em Lisboa, na Av. João XXI, n.º 63, pessoa coletiva n.º 502.777.460, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o mesmo número, com o capital social de EUR 3.000.000, adiante designada por Entidade Gestora;

Considerando que:

- 1 – O Associado pretende alterar a definição de “remuneração base” para efeitos de cálculo de benefícios, no âmbito do Plano de Pensões financiado pelo Fundo de Pensões do Instituto Nacional de Estatística;
- 2 – No seguimento da recomendação do Tribunal de Contas constante do relatório V.E.C. n.º 4/2016 – 2ª S, Processo n.º 1/16 – VEC, de 30 de junho de 2016, a qual o Associado deve dar cumprimento de que, na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 187/2015, de 7 de setembro, que revogou o Regulamento do Pessoal do INE, deixam de estar habilitados a ser elegíveis como participantes os, colaboradores que iniciaram vínculo laboral com o INE em data posterior a 30 de setembro de 2015, importa alterar a definição de Participante em conformidade. Tal alteração produz efeitos a partir de 1 de outubro de 2015, data da entrada em vigor do referido diploma, , pelo que interessa efetuar a respetiva regularização.
- 3 – No passado dia 1 de janeiro de 2016 entraram em vigor alterações à redação do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, com impacto nos



aspectos que devem constar nos contratos constitutivos de fundos de pensões;

4 – Importa adaptar a redação do Contrato Constitutivo do Fundo ao referido nos dois pontos anteriores.

É acordado pelos contraentes proceder à presente alteração do referido contrato constitutivo, o qual, a partir da presente data, passa a ter a redação que se segue:

Art. 1º - DENOMINAÇÃO DO FUNDO

O fundo de pensões fechado, que se denomina “Fundo de Pensões do Instituto Nacional de Estatística”, adiante também designado por Fundo, foi constituído em 21 de dezembro de 1999 e reger-se-á pela legislação em vigor.

Art. 2º - OBJETIVO DO FUNDO

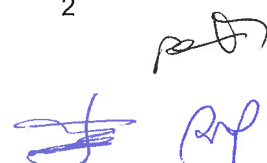
O Fundo tem como objetivo exclusivo o financiamento do Plano de Pensões referido no Artigo 9º.

Art. 3º - ASSOCIADO DO FUNDO

O Instituto Nacional de Estatística é o único Associado e fundador do Fundo, a cuja iniciativa se deve a constituição do mesmo, contribuindo em exclusivo para o respetivo património.

Art. 4º - PARTICIPANTES DO FUNDO

1. São participantes do Fundo os trabalhadores do Associado que se encontravam em situação de efetivo à data de trinta de setembro de dois mil e quinze, sem prejuízo do estabelecido no ponto 3. do presente artigo, na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei



nº 187/2015, de 7 de setembro, que revogou o Regulamento do Pessoal do INE.

2. Consideram-se na situação de efetivo todos os trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com exclusão das pessoas em regime de mobilidade ou em comissão de serviço no Instituto Nacional de Estatística, IP.
3. Perde a qualidade de Participante quem não efectue a cessação do contrato de trabalho, quando atingida a idade normal de reforma definida no ponto 1. do artigo 9º do presente contrato, excepto quando se verifique acordo escrito em contrário.

Art. 5º - BENEFICIÁRIOS DO FUNDO

São Beneficiários do Fundo os Participantes que adquiram o direito à prestação pecuniária estabelecida no Plano de Pensões.

Art. 6º - REPRESENTAÇÃO DO ASSOCIADO

O Associado será representado pelo Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Estatística ou por pessoa designada por esta Entidade, para exercer pessoalmente as funções de representação.

Art. 7º - DURAÇÃO E DATA ANIVERSÁRIA

O Fundo durará por tempo indeterminado e terá a sua data aniversária em 31 de Dezembro de cada ano.

Art. 8º - PATRIMÓNIO INICIAL DO FUNDO

No momento em que se constituiu, ficou afecto ao Fundo, por entrada em numerário, o património inicial de Esc.: 20.500.000\$00 (vinte milhões e quinhentos mil escudos), o equivalente a EUR 102.253,57 (cento e dois mil, duzentos e cinquenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos).

Art. 9º - PLANO DE PENSÕES

O presente Plano de Pensões é classificado como sendo de benefício definido e independente da Segurança Social, sendo que os benefícios, por ele concedidos, estão subjacentes às seguintes regras.

1. Definições

Data de início – 28 de Junho de 2001, data em que se celebrou a primeira alteração ao contrato constitutivo do Fundo.

Idade normal de reforma – a idade em que, para a Segurança Social ou para a Caixa Geral de Aposentações, se obtém o direito à reforma por velhice, ou idade anterior quando aplicadas as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 9/99, de 8 de Janeiro, ou diplomas posteriores com finalidade equivalente, ou idade posterior quando na condição de exceção prevista no ponto 3. do artigo 4º do presente contrato.

Período de carência – estabelece-se que no Plano de Pensões, no que respeita à atribuição de pensões de reforma por invalidez, o direito a este benefício será efetivo após um período mínimo de cinco anos ao serviço da instituição, aquando da ocorrência da invalidez.

Remuneração base – a que como tal for definida pela regulamentação do trabalho aplicável aos trabalhadores do INE, auferida pelo Participante na data da assinatura do presente contrato.

2. Benefícios

Os benefícios garantidos pelos números seguintes só são aplicáveis aos trabalhadores do Associado, nas condições previstas no Artigo 4º do presente contrato.

2.1. Reforma por Velhice

Os empregados no ativo, que sejam reformados por velhice na idade normal de reforma, terão direito a uma pensão vitalícia, pagável mensalmente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PM = 10\% \times RML$$

em que:

PM = Pensão mensal a cargo do plano;

RML = Remuneração base mensal líquida auferida pelo Participante; na data da assinatura do presente contrato.

2.2. Reforma por Invalidez

2.2.1. No caso dum Participante ser considerado total e permanentemente inválido antes da idade normal de reforma, e cumpridos os requisitos previstos no período de carência definido no n.º 1 deste artigo, o plano garante o pagamento de uma pensão, vitalícia, pagável mensalmente, calculada segundo a seguinte fórmula:

$$PM = 40\% \times (1 - (X - 20) / (INR - 20)) \times RML$$

em que:

PM = Pensão mensal a cargo do plano;

INR = Idade Normal de Reforma em vigor em cada momento na Segurança Social;

X = Idade real do Participante na data da reforma por invalidez;

RML = Remuneração base mensal líquida auferida pelo participante, na data da assinatura do presente contrato.

2.2.2. Os parâmetros anteriormente definidos reportam-se ao momento do reconhecimento da situação de invalidez por parte da Segurança Social.

2.3. Pagamento das Pensões

As pensões mensais de reforma por velhice e invalidez a que os Beneficiários têm direito são pagas 12 vezes em cada ano.

2.4. Remição em capital

Antes do início do pagamento da pensão estabelecida e a pedido formulado por escrito do Beneficiário, é facultada a sua remição parcial em capital, nos termos e com os limites estabelecidos na legislação que então esteja em vigor.

3. Atualização de Pensões

As pensões a pagar a cargo deste Fundo não serão atualizadas.

4. Direitos Adquiridos

O presente plano de pensões não confere direitos adquiridos.

Art. 10º - FORMA DE PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS

Os benefícios decorrentes do Plano identificado no Art.º 9 são pagos diretamente pelo Fundo.

Art. 11º - ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

1. A administração do Fundo fica a cargo da Entidade Gestora que ficará a gerir o Fundo ou daquela que, por transferência, for designada.
2. O financiamento do Plano de Pensões referido no Artigo 9º fica totalmente a cargo do Associado, mediante as contribuições que este venha a efetuar, de acordo com o estabelecido no Contrato de Gestão e nas datas nele definidas, e que serão acumuladas com a verba existente no Fundo à data desta alteração.
3. Os valores que constituem o património do Fundo serão investidos pela Entidade Gestora, em observância do disposto na legislação em vigor e do estabelecido em matéria de política de investimento do Fundo constante do respetivo contrato de gestão, tendo sempre presente os objetivos da maior rendibilidade e segurança dos investimentos.
4. O Fundo será ainda financiado pela totalidade do rendimento líquido dos valores de investimento, bem como pelas mais-valias realizadas na alienação ou reembolso de valores do seu património.
5. Dos valores que constituem o ativo do Fundo, sairão as quantias necessárias para o pagamento das pensões de reforma, referidas no Artigo 9º.
6. Serão ainda da conta do Fundo os encargos de gestão e de depositário estabelecidos pelo respetivo Contrato de Gestão.

7. Os valores que integram o património do Fundo e os correspondentes documentos representativos serão depositados numa instituição bancária, que assumirá a qualidade de Entidade Depositária.

Art.º 12 - COMISSÃO DO ACOMPANHAMENTO

1 - O cumprimento do Plano de Pensões e a gestão do Fundo de Pensões são verificados por uma Comissão de Acompanhamento (CAPP) constituída nos termos da legislação em vigor e dos Estatutos e Regulamento de Constituição e Funcionamento que constitui o Anexo 1 ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

2 - Com exceção da CAPP que já se encontra constituída, a obrigatoriedade da sua constituição subsequente, inicia-se após a celebração do presente contrato, quando o Plano de Pensões conte com mais de cem membros (participantes e/ou beneficiários), devendo, então, a Entidade Gestora dar cumprimento à obrigação de informar os Participantes e Beneficiários prevista no Artigo 8.º do Anexo 1 referido no número anterior.

3 - O mandato da CAPP que estiver em vigor não se interrompe pelo facto de após a data da eleição/designação dos seus membros, o Plano de Pensões ter passado a abranger menos de cem membros. Nesse caso, contudo, terminado o mandato dos membros da CAPP em curso, a CAPP extingue-se, não se procedendo a eleição/designação de novos membros para aquela comissão, até que aquele requisito legal seja novamente preenchido. Quando o plano a que a CAPP se refere voltar a abranger pelo menos cem membros aplica-se de novo o regime previsto nos números anteriores.

Art. 13º - EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES

Não serão concedidos pelo Fundo quaisquer empréstimos aos Participantes.

Art. 14º - MUDANÇA DE ENTIDADE GESTORA

1. O Associado pode, nos termos da legislação que esteja em vigor, transferir a sua gestão para outra entidade gestora, mediante aviso á Entidade Gestora, por carta registada, com a antecedência mínima de três meses.
2. Todos os valores que à data constituírem o património do Fundo serão transferidos para a nova entidade gestora.
3. Serão de conta do Fundo todas as despesas ocasionadas com a sua transferência, não havendo lugar à aplicação de qualquer penalidade.

Art. 15º - MUDANÇA DA ENTIDADE DEPOSITÁRIA

A Entidade Gestora, mediante prévio acordo do Associado, pode transferir o depósito de valores do Fundo para outra Entidade Depositária, nos termos da legislação que esteja em vigor.

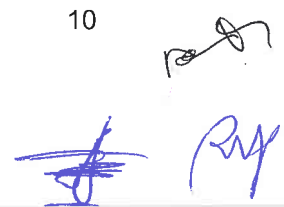
Art. 16º - ALTERAÇÃO DE CLÁUSULAS

O Associado e a Entidade Gestora podem, de comum acordo, alterar as cláusulas do Contrato Constitutivo do Fundo, através de novo contrato escrito. Contudo, sempre que a legislação que esteja em vigor assim o exija, designadamente face às matérias sobre as quais incidam as alterações pretendidas, as mesmas terão que ser precedidas de autorização por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Art. 17º - CAUSAS DE EXTINÇÃO DO FUNDO

1. O Fundo extinguir-se-á por:
 - a) Realização do seu objetivo ou por este se tornar impossível;

- b) Falta de meios patrimoniais ou financeiros do Fundo;
 - c) Nos casos especialmente previstos neste contrato e na Lei, nomeadamente em caso de incumprimento dos requisitos legais de financiamento do plano de pensões.
 - d) Em caso de dissolução ou extinção do Associado, salvo se a responsabilidade pelo financiamento do plano for assumida por outra entidade.
2. No momento da sua extinção, suspenso o pagamento das contribuições, deverá ser liquidado o património do Fundo. Após o pagamento de todas as despesas devidas, deverão ser garantidos, até ao limite da capacidade financeira do fundo, os direitos dos Participantes e Beneficiários, considerando no cumprimento de tais responsabilidades a seguinte ordem de precedência, com recurso a rateio proporcional ao valor das responsabilidades naquela em que for necessário:
- a) Responsabilidades respeitantes aos respetivos Beneficiários reformados, através da aquisição de rendas vitalícias imediatas;
 - b) Imediata entrada em pagamento das pensões correspondentes aos Participantes que, encontrando-se em atividade, tenham atingido ou ultrapassado a idade normal de reforma, através da aquisição de rendas vitalícias imediatas;
 - c) Montantes correspondentes às pensões em formação, a atribuir aos Participantes que ainda não tenham atingido a idade normal de reforma, e que deverão ser transferidos para outro fundo de pensões, nos termos da legislação em vigor;



- d) Por último, se, assegurados os direitos referidos nas alíneas anteriores, existir algum valor remanescente, este será utilizado para aumentar as respectivas pensões.
3. A extinção do Fundo deve ser precedida de autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Art. 18º - DISSOLUÇÃO OU CESSAÇÃO DE ATIVIDADE DO ASSOCIADO

No caso de dissolução ou cessação de atividade do Associado, esta não fará operar a extinção do Fundo, se a responsabilidade pelo financiamento do Plano for assumida por uma outra Entidade. Caso contrário, o Fundo será extinto, com observância do modo definido no n.º 2 do Artigo 17º deste Contrato.

Art. 19º - DISSOLUÇÃO OU CESSAÇÃO DA ATIVIDADE DA ENTIDADE GESTORA

A dissolução ou cessação da atividade da Entidade Gestora deverá ser por esta notificada ao Associado, com uma antecedência mínima de três meses, cabendo-lhe assegurar a transferência da gestão do Fundo para outra Entidade Gestora, mediante autorização prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos Pensões.

Executado em duas vias e assinado pelas partes.

Lisboa, 21 de dezembro de 2016

Alto de Cetan — 

Instituto Nacional de Estatística

 
CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

ANEXO 1

Estatutos e Regulamento de Constituição e Funcionamento da Comissão de Acompanhamento do Plano de Pensões (CAPP)

Artigo 1º – Definição

A Comissão de Acompanhamento do Plano de Pensões (adiante designada por CAPP) é o órgão através do qual o Associado, os Participantes e Beneficiários acompanham conjuntamente o cumprimento do Plano de Pensões e a gestão do respetivo Fundo de Pensões.

Artigo 2º – Composição e Mandato

1. A CAPP é composta por três membros efetivos e um suplente, dos quais dois membros efetivos serão designados pelo Conselho Diretivo do Associado e um efetivo e respetivo suplente serão representantes dos Participantes e Beneficiários, eleitos pelo universo global dos Participantes e Beneficiários do Fundo nos termos da lei e dos presentes estatutos
2. Caso o representante dos Participantes e Beneficiários, renuncie ao seu cargo ou, por qualquer outra razão deixe de ter condições para exercê-lo, deverá ser substituído pelo seu suplente.
3. O suplente apenas substitui o membro efetivo nos impedimentos definitivos deste.
4. Na situação prevista no número anterior, caso não haja suplente, a designação do representante faz-se nos termos previstos nos números 3. a 15. do Artigo 3º.
5. Quando, na sequência dos processos previstos nos números 3 a 15. do Artigo 3º, não sejam designados os representantes dos Participantes e Beneficiários, a CAPP funcionará com os representantes do Associado.
6. Caso qualquer dos representantes do Associado renuncie ao seu cargo ou deixe de ter condições para exercê-lo, o Conselho Diretivo do Associado deverá prontamente indicar um novo representante. O



Associado pode substituir livremente e em qualquer momento os membros por si designados.

7. O mandato dos membros da CAPP terá a duração de 3 anos. Os membros podem ser redesignados ou reeleitos, não existindo qualquer limitação quanto ao número de mandatos. A substituição intercalar de qualquer membro é efetuada pelo tempo que faltar até ao termo do mandato que estiver em curso.

8. Os membros da CAPP manter-se-ão em funções até à designação ou eleição de novos membros, mas por período não superior a 6 (seis) meses após o termo do respetivo mandato.

9. Os membros da CAPP não podem exercer funções, seja de que tipo for, ou ter interesse, direto ou indireto, em qualquer entidade externa ao Associado que, a qualquer título, venha a intervir na gestão ou fiscalização do Fundo de Pensões, podendo ser destituídos pelo Associado com fundamento na referida incompatibilidade.

Artigo 3º – Nomeação dos Membros da CAPP

1. O Associado desenvolverá os melhores esforços para promover a nomeação dos seus representantes na CAPP.


2. Os representantes do Associado devem ser designados no prazo de 20 (vinte) dias a contar da comunicação que para o efeito lhes for dirigida pela Entidade Gestora do Fundo, sendo comunicada a sua identidade e morada a esta última nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva designação.

3. O Associado desenvolverá os melhores esforços para promover a eleição atempada dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP para cada mandato:

(a) Prestando toda a informação relevante acerca do Plano de Pensões, do Fundo de Pensões e da CAPP aos Participantes e Beneficiários;

(b) Prestando todos os meios materiais e logísticos para a realização da referida eleição;

- (c) Promovendo o ato eleitoral, nos termos dos números seguintes e suportando as despesas gerais com a respetiva realização.
4. A eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP será feita com respeito pelos seguintes princípios:
- (a) A cada Participante e Beneficiário do Fundo corresponderá um voto;
- (b) O voto será livre, pessoal e secreto.
5. O Associado promoverá o processo eleitoral no prazo de dez dias a contar da comunicação que para o efeito lhe for dirigida pela Entidade Gestora do Fundo de Pensões.
6. O período eleitoral inicia-se com a marcação, devendo, a partir deste mesmo dia, o Associado manter à disposição dos eleitores a lista com todos os Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões.
7. A marcação das eleições deverá ser comunicada, no âmbito da empresa, de modo a tornar público o ato eleitoral, designadamente o prazo e condições para apresentação de candidaturas, os serviços do Associado onde estas deverão ser apresentadas e o local, horário e meios da votação (que poderá ser por correspondência), bem como, o número de votos expressos necessários à validade da mesma. Os Beneficiários, por não serem trabalhadores no ativo do Associado, serão avisados por carta simples expedida para a sua morada.
8. Cada candidatura deverá conter a identificação do candidato.
9. O prazo para apresentação das candidaturas inicia-se no dia da publicitação do processo eleitoral, devendo aquelas ser apresentadas, por escrito e assinadas pelos candidatos, junto dos serviços do Associado que este vier a indicar, até ao décimo quinto dia posterior ao daquela publicitação.
10. As candidaturas serão afixadas em lugar apropriado e anunciadas em meios de informação interna, de modo a serem conhecidas dos Participantes e Beneficiários.
11. O quórum necessário para a validade dos resultados eleitorais corresponde à maioria dos Participantes e Beneficiários. Caso não se verifique quórum na primeira eleição, proceder-se-á à segunda eleição



cujos resultados serão válidos independentemente do número de Participantes e Beneficiários que tiverem votado.

12. O candidato que obtiver maior número de votos preenche o lugar de membro efetivo da CAPP e o candidato que obtiver um número de votos imediatamente a seguir preenche o lugar de suplente.

13. Com respeito pelo previsto no presente documento, o Conselho Diretivo do Associado poderá fixar um regulamento eleitoral, cabendo-lhe ainda o poder de, em caso de dúvida ou omissão, interpretar e preencher eventuais lacunas que possam suscitar-se no âmbito do regime de eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP.

14. Quando a designação dos representantes dos Participantes e Beneficiários não seja possível por ausência de candidatos, tal facto deverá ser comunicado por escrito pelo Associado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões num prazo máximo de 5 (cinco) dias após o término do prazo para apresentação das candidaturas, devendo então a Entidade Gestora, nos 5 (cinco) dias subsequentes, instar a Comissão de Trabalhadores do Associado a designar os representantes dos Participantes e Beneficiários do Fundo na CAPP, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data da comunicação recebida da Entidade Gestora, sendo comunicada a sua identidade e morada a esta última nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva designação.

Artigo 4º – Regras de Funcionamento da CAPP

1. O presidente da CAPP será nomeado pelo Associado de entre um dos representantes por si designados.

2. Cada membro da CAPP dispõe de um voto e o presidente terá voto de qualidade nas deliberações.

3. A CAPP reúne em reuniões ordinárias com periodicidade semestral, e sempre que for convocada pelo seu presidente, pelos outros dois membros, pelo Associado ou pela Entidade Gestora. A convocatória para as reuniões será realizada através de comunicação escrita ou eletrónica, com pelo menos 10 dias úteis de antecedência, a qual deverá indicar o



local, dia e hora da reunião e a respectiva ordem de trabalhos, com a indicação, quando seja o caso, dos documentos que se destinam a ser apreciados na reunião e do local em que os mesmos se encontram disponíveis.

4. A CAPP não pode deliberar sem que esteja presente ou representada ou participe por voto escrito a maioria dos seus membros e que um deles seja o representante dos Participantes e Beneficiários.

5. As deliberações da CAPP são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

6. De cada reunião da CAPP deve ser lavrada uma ata. Nas deliberações em que existam eventuais votos contra, estes devem ser registados em ata com a indicação da respectiva fundamentação. O presidente da CAPP pode designar um Secretário para o assessorar na preparação das reuniões, envio de comunicações e elaboração de minutas de atas.

7. A CAPP poderá elaborar um regulamento com as suas regras internas de funcionamento, que não deverá contrariar o disposto no presente documento.

8. A representação nas reuniões e votações só é permitida entre membros da CAPP em efetividade de funções.

Artigo 5º – Atividades da CAPP

1. Dever de Diligência da CAPP

No exercício das suas funções, a CAPP deverá:

- (a) Atuar de boa fé e no interesse geral dos Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões;
- (b) Atuar com diligência e prudência na fiscalização da Política de Investimento do Fundo de Pensões, tendo especial atenção ao nível de risco envolvido e à diversificação das aplicações;
- (c) Obter aconselhamento de profissionais reputados nas áreas em que não disponha dos conhecimentos adequados.

2. Funções gerais da CAPP

Compete à CAPP:

- (a) Verificar o cumprimento do Plano de Pensões do Associado e as disposições aplicáveis à gestão do fundo;
- (b) Verificar a implementação da Política de Investimento e o financiamento das responsabilidades dos Planos de Pensões;
- (c) Verificar o cumprimento dos deveres de informação aos Participantes e Beneficiários.

3. Funções especiais da CAPP

Compete à CAPP emitir parecer prévio não vinculativo por escrito sobre:

- (a) Alterações relevantes ao Contrato Constitutivo do fundo;
- (b) Cessação ou alteração do(s) Contrato(s) de Gestão;
- (c) Transferência da gestão do Fundo de Pensões de uma entidade gestora para outra entidade gestora;
- (d) Extinção do Fundo de Pensões;
- (e) Pedidos de devolução ao Associado de excesso de financiamento;
- (f) Propostas da entidade gestora para a nomeação do Atuário Responsável pelo Plano de Pensões e do Revisor Oficial de Contas do fundo.

4. Compete ainda à CAPP:

- (a) Elaborar propostas sobre as matérias referidas nos pontos anteriores;
- (b) Solicitar à entidade gestora e à entidade depositária a documentação e informação considerada necessária para o exercício pleno das suas funções;
- (c) Colaborar com o Associado e a Comissão de Trabalhadores na promoção e organização de eleições para os seus membros, quando necessário;
- (d) Elaborar um Relatório Anual sobre as atividades desenvolvidas que será disponibilizado para consulta, quando solicitado, aos Participantes e Beneficiários.

5. A CAPP dispõe de um prazo de 10 dias úteis, ou de 20 dias úteis sempre que a complexidade das matérias a analisar o justificar, para a elaboração e votação dos pareceres referidos no número 3 do presente

artigo. Caso este prazo não seja cumprido, considerar-se-á tacitamente que o parecer foi emitido e votado favoravelmente ao projeto ou pedido que lhe tiver sido submetido pelo Associado ou pela Entidade Gestora. Se a CAPP não exercer ou não estiver em condições de exercer, atempadamente as competências que lhe estão atribuídas, considera-se que o Associado e/ou a Entidade Gestora podem agir sem necessidade de a consultar ou em sua representação.

6. Sem prejuízo da informação que nos termos da lei deva ser prestada por outras entidades, a CAPP deverá informar os Participantes e Beneficiários, sempre que solicitado, sobre o Plano de Pensões e suas posteriores alterações, bem como facultar toda a informação necessária à efetiva compreensão do Plano e demais informação relativa à atividade da CAPP.

Artigo 6º - Informação e Confidencialidade

1. Sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo anterior, a entidade gestora faculta anualmente à CAPP cópia do Relatório e Contas anuais do Fundo de Pensões, bem como dos relatórios do atuário responsável e do revisor oficial de contas elaborados no âmbito das respetivas funções.

2. Os membros da CAPP estão vinculados a um dever de sigilo e confidencialidade relativamente à atividade da CAPP e a todas as informações a que tenham acesso por causa e em função do exercício das suas funções, salvo se as mesmas já forem do conhecimento público e sem prejuízo da divulgação necessária ao exercício da atividade da CAPP ou em cumprimento de um dever legal ou de decisão judicial.

Artigo 7º - Despesas da CAPP

1. As despesas inerentes à representação dos membros na CAPP são assumidas pelo Associado, exceto quando os representantes dos Participantes e Beneficiários resultarem de designação da Comissão de



Trabalhadores, caso em que tais despesas serão assumidas pelas entidades a quem compete essa representação, nomeadamente, ao Associado e, à Comissão de Trabalhadores, relativamente aos membros por cada uma designados.

2. As despesas de funcionamento da CAPP são suportadas nos termos que por ela forem estabelecidos.

3. De forma a poder exercer as suas funções de forma eficiente, a CAPP poderá recorrer a serviços de empresas especializadas nas matérias a analisar, sendo as despesas relativas a estes serviços assumidas nos termos estabelecidos pelos membros da comissão.

4. Nenhuma despesa poderá, contudo, ser imputada ao Fundo de Pensões.

Artigo 8º – Disposição Transitória

No prazo de 20 dias, a contar da data em que o Plano de Pensões conte com mais de 100 (cem) membros (Participantes e/ou Beneficiários), a Entidade Gestora informará os Participantes e Beneficiários das regras de designação e representação dos membros da CAPP e das funções, composição e regras e funcionamento dessa comissão e solicitará ao Associado para designar os respetivos representantes e promover a eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP, bem como para procederem à constituição desse órgão.

Artigo 9º – Demais Legislação

Em tudo o que não estiver fixado neste articulado aplicar-se-á a demais legislação em vigor sobre a CAPP.